



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 01

Rúbrica: [assinatura]

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

Nº 01/2017

CONTRATO Nº 01/2017

OBJETO: ASSESSORIA JURÍDICA

DATA DO PROCESSO: 20 DE JANEIRO DE 2017.

TÉRMINO DO PROCESSO: 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONTRATADA: ROLLEMBERG & MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 02
Rúbrica: *[assinatura]*

PORTARIA N. 06/2017

De, 20 de janeiro de 2017.

Nomeia a Comissão de Licitação e Avaliação Para Julgamento de Carta Convite, Contratos, Tomada de Preços, Concorrências, Aquisição e Alienação de Bens Móveis e Imóveis do Poder Legislativo.

O Presidente do Poder Legislativo Municipal da Cidade de São Francisco, Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições regulamentares e legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia a Comissão Permanente de Licitação e Avaliação de Bens Móveis e Imóveis desta Câmara Municipal, composto de 03 (três) representantes:

FUNÇÃO:	NOME	CPF	RG
Presidente:	José Ailton de Oliveira Leandro Júnior	055.677.735-28	223.041-26 SSP/SE
Membro:	Ariane Santos Hora Chagas	046.650.085-82	2.221.383 SSP/SE
Membro:	Fabiano Santos Hora	033.680.745-71	2.221.377-5 SSP/SE

Para efetuar julgamento das Cartas Convites, Contratos, Tomada de Preços, Concorrências, Aquisição e Alienação de Bens Móveis e Imóveis que forem apresentados por empresas ou pessoas físicas interessadas, ficando sob a Presidência do primeiro e os demais como Membros, face à exiguidade de pessoal.

Art. 2º - A Comissão de Licitação poderá requisitar de outros órgãos para auxiliar os serviços administrativos, bem como solicitar assessoramento técnico sempre que lhe aprover.

Art. 3º - As atividades de Licitação reger-se-ão pela Legislação em vigor, atinente a matéria, não cabendo qualquer tipo de remuneração adicional para o Servidor encarregado.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Francisco, 20 de janeiro de 2017.

Weverson Vieira Nascimento
WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO

Presidente da Câmara



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 03

Rúbrica: *[assinatura]*

Assunto: Solicitação (faz)

São Francisco, 20 de janeiro de 2017.

Como solicita

Autorizo a CPC proceder à abertura do
Processo Administrativo na
modalidade para atender a presente
solicitação.

São Francisco, 20 de janeiro de 2017.

Weverton Vieira Nascimento

WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO

Presidente da Câmara

Senhor Presidente,

Diante da necessidade indispensável de continuação da prestação de serviços, solicitamos a Vossa Excelência, que autorize a Comissão Permanente de Licitação - CPC desta Câmara Municipal, para rever a possibilidade para realizar a despesa na modalidade Contrato, objetivando a prestação de serviços especializados em Assessoria Jurídica, correndo as despesas por conta da Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.36.00-00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro - Ordinários, orçado em aproximadamente R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais) mensais, existente no Orçamento Municipal, para o exercício vigente, e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Atenciosamente,

Jose Ailton de Oliveira Leandro Junior
JOSÉ AILTON DE OLIVEIRA LEANDRO JUNIOR
Tesoureiro



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 04
Rubrica: *[assinatura]*

São Francisco, 20 de janeiro de 2017.

CI – Comunicação Interna

Ref.: CPL

Prezado Senhor,

Estamos encaminhando para apreciação dessa douta ASSESSORIA JURÍDICA, a MINUTA DO CONTRATO, para apreciação, cujo objeto é a prestação de serviços especializados em Assessoria Jurídica, para o exercício de 2017, no atendimento a esta Câmara Municipal de São Francisco / SE.

Atenciosamente,

Jose Ailton de Oliveira Leandro Junior
JOSE AILTON DE OLIVEIRA LEANDRO JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação - CPL

Exmo. Sr.
Assessor Jurídico desta Câmara Municipal
SÃO FRANCISCO / SE

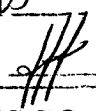


ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 05

Rúbrica: 

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE CONSULTORIA E DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS, QUE ENTRE SI FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO / SE, COM A EMPRESA

NA FORMA ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ N. 32.727.927/0001-14, localizada na PRAÇA ANTONIO BARBOSA, N. 258, BAIRRO CENTRO, SÃO FRANCISCO / SE doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO, Presidente da Câmara, CPF sob N.º 044.006.525-99, RG N.º 22.304.134 SSP/SE, residente na RUA BELMIRO VIEIRA DE ARAÚJO, N. 81, BAIRRO CENTRO, SÃO FRANCISCO / SE, e do outro lado a Empresa _____, inscrito no CNPJ sob N. _____, com sede na _____, Cidade _____ / SE, tem justo e acordado entre si, o presente Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica, sujeitando-se as normas preconizadas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO LOCAL E DATA: Lavrado e assinado na sede da Câmara Municipal de São Francisco – SE, aos ____ de _____ de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – BASE LEGAL

A CONTRATADA, para atendimento de quanto dispõe o art. 25, II, combinado com o art. 13, III, da Lei 8.666/93, anexa ao presente termo *curriculum vitae* reduzido de seu responsável técnico, pelo cumprimento dos serviços aqui ajustados, com demonstração de sua notória especialização para o desenvolvimento de prestação dos serviços, tudo na conformidade das cláusulas subsequentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

1) A Contratada obriga-se a prestar a Contratante os serviços jurídicos de assessoria e consultoria técnica, administrativa, legislativa e jurídica de matérias tramitadas ou em tramitação, especialmente para elaborar a minuta de emendas de projetos de lei, decretos legislativos e resoluções, pareceres administrativos e jurídicos, bem como, participar de audiência pública para tratar das matérias em tramitação na Casa de Leis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – DA CONTRATADA:

1- Assessoria e Consultoria à CONTRATANTE:

1.1- na elaboração de minuta de emendas de projetos de lei, decretos legislativos, resoluções;

1.2- análise da legalidade e constitucionalidade das matérias encaminhadas pelo Chefe do executivo local para apreciação da Câmara Municipal;



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

Fls. nº 06
Rúbrica: *[assinatura]*

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

- 1.3- reunir-se com as comissões que acompanharam a análise prévia das matérias em tramitação na Casa;
- 1.4- dar suporte técnico aos questionamentos que por ventura venham surgir no andamento das atividades desenvolvidas, bem como fazer-se presente à sede do Legislativo quando se fizer necessário, sempre que solicitada pela Presidência da Casa;
- 1.5- atender consultas formuladas pela CONTRATANTE sobre assuntos relativos ao objeto do presente contrato;
- 1.6- acompanhar o desenrolar do processo legislativo referente às matérias em tramitação;
- 1.7- elaborar pareceres técnicos administrativos e jurídicos, sempre que solicitado pela Presidência;
- 1.8- participar de audiência pública sobre assuntos de interesse do Município e sobre temas em tramitação da Casa, sempre que solicitado pela Presidência da Câmara;

II - DA CONTRATANTE:

- a) direcionar o responsável pelas atividades relacionados neste contrato, a fim de que este possa interagir e direcionar todas as informações que se façam necessárias ao desempenho dos trabalhos;
- b) pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na cláusula quarta;
- c) possibilitar à CONTRATADA condição para que desenvolva seu trabalho da melhor forma possível, notadamente fornecendo documentos e informações precisas sobre o andamento das matérias, inclusive tendo acesso a qualquer setor administrativo da Casa;
- d) formular consultas em tempo hábil sobre assuntos relativos ao objeto do contrato de forma clara, precisa e através de meios de comunicação eficazes, possibilitando a brevidade nas respostas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O presente contrato tem o seu valor global R\$ _____ (_____), a ser pago pela CONTRATANTE, e será pago mensalmente de R\$ _____ (_____).

§ 1º O pagamento acima referido será efetuado com cheque nominativo ou crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA ou de seu representante legal, com vencimento a partir de 20 e até o final de cada mês.

§ 2º A falta do pagamento de parcela a que se refere o § 1º desta cláusula implicará em multa na ordem de 2% (dois por cento) sobre o valor da mesma, além da incidência de 1% (um por cento) por mês de atraso a título de juros.

§ 3º No valor ora apresentado já está incluído todo o custo operacional da CONTRATADA, inclusive os que versam sobre encargos sociais, financeiros, tributários e trabalhistas.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal, conforme Classificação Orçamentária: Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.36.00-00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro – Ordinários.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência a partir de _____ de _____ de _____ e termino previsto para _____ de _____ de _____, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por convenção das partes, consubstanciada em termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

7.1. Em caso de inexecução e/ou atraso no fornecimento do objeto contratado, a critério da Administração, estará sujeito a Contratada, sem prejuízo das responsabilidades civil e/ou administrativa aplicáveis, às seguintes penalidades:

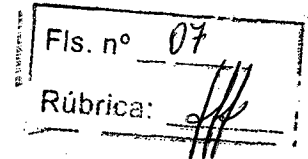
- a) advertência verbal;



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO



- b) advertência por escrito;
- c) valor total Multa em valor correspondente a 0,3% (três décimos por cento) do objeto contratado, por dia de atraso, contado em dias corridos, ou seja, incluindo-se na contagem os dias úteis e os dias não úteis;
- d) suspensão temporária de participar de licitações promovidas pela Administração, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Municipal, enquanto durarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.2. Por infração de qualquer outra condição, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, podendo, neste caso, ser rescindido o ajuste administrativo, ficando a Administração isenta do reembolso de despesas ou pagamento de indenizações de prejuízos, que porventura venha o infrator a sofrer.
- 7.3. A multa por atraso na entrega de objeto do contrato será aplicada automaticamente e cobrada por ocasião do pagamento da respectiva fatura.
- 7.4. Faculta-se à Contratada o direito de defesa, observados os prazos fixados na Lei 8.666/93.
- 7.5. Aos casos omissos será aplicada a Lei nº. 8.666/93 no que couber.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.0 - O descumprimento das condições ora ajustadas, que impliquem inexecução total ou parcial deste instrumento, ensejar-lhe-á, conforme o caso, rescisão administrativa, amigável ou judicial observadas as situações típicas, as condutas, as cautelas, as consequências e os direitos assegurados a Administração, conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.0 - Serão sempre observadas as instruções governamentais para o caso de reajustamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1 - Os tributos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços, serão da exclusiva responsabilidade da Contratada.
- 10.2 - Aos casos omissos será aplicada a Lei nº 8.666/93, no que couber.
- 10.3 - Poderá o contrato ser prorrogado, observado, para tanto, a legislação aplicável.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca deste Município, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente contrato.

Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

São Francisco, ____ de _____ de _____.

WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO
Presidente da Câmara

Contratado

Testemunha

Testemunha

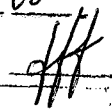


ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 08

Rúbrica: 

CONTRATO N. 01/2017

TERMO DE CONTRATO DE CONSULTORIA E DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS, QUE ENTRE SI FIRMAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO / SE, COM A EMPRESA ROLLEMBERG & MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS, NA FORMA ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ N. 32.727.927/0001-14, localizada na PRAÇA ANTONIO BARBOSA, N. 258, BAIRRO CENTRO, SÃO FRANCISCO / SE doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO, Presidente da Câmara, CPF N.º 044.006.525-99, RG N.º 22.304.134 SSP/SE, residente na RUA BELMIRO VIEIRA DE ARAÚJO, N. 81, BAIRRO CENTRO, São Francisco / SE, com a Empresa ROLLEMBERG & MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita na CNPJ sob N. 25.177.662/0001-62, com sede na RUA LOPES TROVÃO, N. 169, CEP: 49.900-000, BAIRRO CENTRO, PROPRIÁ / SE, tem justo e acordado entre si, o presente Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica, sujeitando-se as normas preconizadas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO LOCAL E DATA: Lavrado e assinado na sede da Câmara Municipal de São Francisco – SE, aos 20 de janeiro de 2017.

CLÁUSULA PRIMEIRA – BASE LEGAL

A CONTRATADA, para atendimento de quanto dispõe o art. 25, II, combinado com o art. 13, III, da Lei 8.666/93, anexa ao presente termo *curriculum vitae* reduzido de seu responsável técnico, pelo cumprimento dos serviços aqui ajustados, com demonstração de sua notória especialização para o desenvolvimento de prestação dos serviços, tudo na conformidade das cláusulas subseqüentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

1) A Contratada obriga-se a prestar a Contratante os serviços jurídicos de assessoria e consultoria técnica, administrativa, legislativa e jurídica de matérias tramitadas ou em tramitação, especialmente para elaborar a minuta de emendas de projetos de lei, decretos legislativos e resoluções, pareceres administrativos e jurídicos, bem como, participar de audiência pública para tratar das matérias em tramitação na Casa de Leis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1 – DA CONTRATADA:

2- Assessoria e Consultoria à CONTRATANTE:

1.1- na elaboração de minuta de emendas de projetos de lei, decretos legislativos, resoluções;

1.2- análise da legalidade e constitucionalidade das matérias encaminhadas pelo Chefe do executivo local para apreciação da Câmara Municipal;



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 09
Rúbrica: [assinatura]

- 1.3- reunir-se com as comissões que acompanharam a análise prévia das matérias em tramitação na Casa;
- 1.4- dar suporte técnico aos questionamentos que por ventura venham surgir no andamento das atividades desenvolvidas, bem como fazer-se presente à sede do Legislativo quando se fizer necessário, sempre que solicitada pela Presidência da Casa;
- 1.5- atender consultas formuladas pela CONTRATANTE sobre assuntos relativos ao objeto do presente contrato;
- 1.6- acompanhar o desenrolar do processo legislativo referente às matérias em tramitação;
- 1.7- elaborar pareceres técnicos administrativos e jurídicos, sempre que solicitado pela Presidência;
- 1.8- participar de audiência pública sobre assuntos de interesse do Município e sobre temas em tramitação da Casa, sempre que solicitado pela Presidência da Câmara;

II - DA CONTRATANTE:

- e) direcionar o responsável pelas atividades relacionados neste contrato, a fim de que este possa interagir e direcionar todas as informações que se façam necessárias ao desempenho dos trabalhos;
- f) pagar as despesas inerentes ao Contrato no valor, condições e situações estipuladas na cláusula quarta;
- g) possibilitar à CONTRATADA condição para que desenvolva seu trabalho da melhor forma possível, notadamente fornecendo documentos e informações precisas sobre o andamento das matérias, inclusive tendo acesso a qualquer setor administrativo da Casa;
- h) formular consultas em tempo hábil sobre assuntos relativos ao objeto do contrato de forma clara, precisa e através de meios de comunicação eficazes, possibilitando a brevidade nas respostas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O presente contrato tem o seu valor global em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), a ser pago mensalmente R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo que em janeiro recebe R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pelos 10 (dez) dias.

§ 1º O pagamento acima referido será efetuado com cheque nominativo ou crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA ou de seu representante legal, com vencimento a partir de 20 e até o final de cada mês.

§ 2º A falta do pagamento de parcela a que se refere o § 1º desta cláusula implicará em multa na ordem de 2% (dois por cento) sobre o valor da mesma, além da incidência de 1% (um por cento) por mês de atraso a título de juros.

§ 3º No valor ora apresentado já está incluído todo o custo operacional da CONTRATADA, inclusive os que versam sobre encargos sociais, financeiros, tributários e trabalhistas.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal, conforme Classificação Orçamentária: Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.36.00-00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro – Ordinários.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência a partir de 20 de janeiro de 2017 e término previsto para 31 de dezembro de 2017, e/ou a partir da data de sua assinatura, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser renovado por convenção das partes, consubstanciada em termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

7.1. Em caso de inexecução e/ou atraso no fornecimento do objeto contratado, a critério da Administração, estará sujeito a Contratada, sem prejuízo das responsabilidades civil e/ou administrativa aplicáveis, às seguintes penalidades:

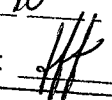


ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº 10

Rúbrica: 

- a) advertência verbal;
b) advertência por escrito;
d) valor total Multa em valor correspondente a 0,3% (três décimos por cento) do objeto contratado, por dia de atraso, contado em dias corridos, ou seja, incluindo-se na contagem os dias úteis e os dias não úteis;
d) suspensão temporária de participar de licitações promovidas pela Administração, por prazo não superior a 24 (vinte e quatro) meses;
e) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Municipal, enquanto durarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 7.2. Por infração de qualquer outra condição, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, podendo, neste caso, ser rescindido o ajuste administrativo, ficando a Administração isenta do reembolso de despesas ou pagamento de indenizações de prejuízos, que porventura venha o infrator a sofrer.
- 7.3. A multa por atraso na entrega de objeto do contrato será aplicada automaticamente e cobrada por ocasião do pagamento da respectiva fatura.
- 7.4. Faculta-se à Contratada o direito de defesa, observados os prazos fixados na Lei 8.666/93.
- 7.5. Aos casos omissos será aplicada a Lei nº. 8.666/93 no que couber.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.0 - O descumprimento das condições ora ajustadas, que impliquem inexecução total ou parcial deste instrumento, ensejar-lhe-á, conforme o caso, rescisão administrativa, amigável ou judicial observadas as situações típicas, as condutas, as cautelas, as consequências e os direitos assegurados a Administração, conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE

9.0 - Serão sempre observadas as instruções governamentais para o caso de reajustamento.


CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

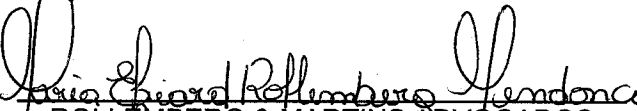
- 10.1 - Os tributos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços, serão da exclusiva responsabilidade da Contratada.
- 10.2 - Aos casos omissos será aplicada a Lei nº 8.666/93, no que couber.
- 10.3 - Poderá o contrato ser prorrogado, observado, para tanto, a legislação aplicável.

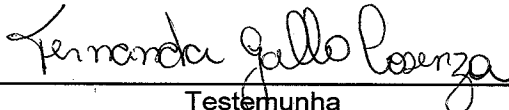
CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca deste Município, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente contrato. Assim, por estarem justas e acertadas, subscrevem as partes o presente Termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, dando-o como bom e valioso, na presença de duas testemunhas.

São Francisco (SE), 20 de janeiro de 2017.


WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO
Presidente da Câmara


ROLLEMBERG & MARTINS ADVOGADOS
ASSOCIADOS
Contratada OAB/SE 7.183


Testemunha


Testemunha



ESTADO DE SERGIPE.

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO FRANCISCO

Fls. nº	11
Rúbrica:	<i>[Assinatura]</i>

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO N.º 01/2017

Faço saber para que todos tomem conhecimento que a Câmara Municipal de São Francisco, Estado de Sergipe, representado neste ato pelo Senhor WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO, Presidente da Câmara, firmou Contrato com a Empresa ROLLEMBERG & MARTINS ADVOGADOS ASSOCIADOS, no valor global de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), a ser pago mensalmente R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), sendo que em janeiro recebe R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) pelos 10 (dez) dias, para a prestação de serviços no especializados em Assessoria Jurídica, no período de 20 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 3390.36.00-00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física, Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro – Ordinários, existindo no Orçamento vigente para o exercício vigente, cujo pagamento será efetuado mensalmente, após autorização do ordenador da despesa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

São Francisco, 20 de janeiro de 2017.

Weverton Vieira Nascimento

WEVERTON VIEIRA NASCIMENTO
Presidente da Câmara

CERTIDÃO

Certifico que este Edital acima foi afixado no Quadro de Aviso desta Câmara Municipal, para conhecimento geral, de acordo com o art. 13, inciso XII, Constituição Estadual.

São Francisco, 20 de janeiro de 2017.

Ariane Santos Hora Chagas

ARIANE SANTOS HORA CHAGAS
Assessora Parlamentar